

SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

Fevereiro de 1982

Neste período, foi definida uma série de medidas relativas à produção e abastecimento do trigo, que vai consolidando a nova política oficial com relação a este cereal. Do lado da produção, foram fixados os Valores Básicos de Custeio (VBCs) válidos para as regiões produtoras tradicionais (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo), no sentido de impor maior restrição creditícia ao setor, dando continuidade ao que vinha ocorrendo desde 1980 (quadros 1 e 2).

As condições de financiamento são inferiores para as três categorias de produtores na safra de 1982 em relação à de 1981. Os desembolsos dos mini e pequenos produtores foram cobertos, através do VBC, em 95,3%, em 1981, enquanto que a expectativa de cobertura, na mesma faixa de produtividade, é de cair para 77,4% em 1982. No caso dos grandes e médios produtores a situação é bastante gravosa, dado que a política de crédito atual (a partir de 23/12/81) determina que esses produtores tenham seus financiamentos correspondentes a 50% e 70% do VBC, respectivamente. Nessas condições, o médio produtor, que teve em 1981 76,2% dos seus desembolsos cobertos pela política de créditos de custeio, obterá em 1982 apenas 54,2% de cobertura; e o grande produtor, que em 1981 obteve cobertura de 57,2%, obterá apenas 38,2% do seu desembolso.

Considerando a deterioração nas condições de financiamento à cultura do trigo, esperam-se novas reduções na área plantada nas regiões

QUADRO 1. - Valor Básico de Custeio (VBC) e Projeção de Desembolso na Cultura do Trigo, Centro-Sul do Brasil, 1982

Produto	Faixas de produtividade (kg/ha)	Projeções de desembolso (VBC) (Cr\$/ha)
Trigo de Sequeiro ⁽¹⁾	até 600	Cr\$19.000,00
	de 601 até 800	Cr\$25.200,00
	de 801 até 1.000	Cr\$29.800,00
	de 1.001 até 1.200	Cr\$34.200,00
	de 1.201 até 1.400	Cr\$41.200,00
	de 1.401 até 1.600	Cr\$46.800,00
	acima de 1.600	Cr\$54.200,00

⁽¹⁾ Safra 1982, válido para todo território nacional, exceto para os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia e Distrito Federal.

Fonte: Banco Central do Brasil.

QUADRO 2. - Comparação entre o Valor Básico de Custeio (VBC) e o Desembolso Monetário (DM) na Cultura do Trigo (1), Estado de São Paulo, Safra 1982

Item	Unidade	1980/81	1981/82	Acréscimo (%)
Desembolso Monetário-DM (1)	Cr\$/ha	18.680	44.210	136,7
Valor básico de custeio-VBC	Cr\$/ha	17.800	34.200	92,1
Relação VBC/DM				
Mini e pequeno produtor	%	95,3	77,4	-
Médio produtores	%	76,2	54,2	-
Grande produtor	%	57,2	38,7	-

(1) Trigo a tração motomecanizada na região de Assis.

(2) O desembolso monetário é estimado incluindo-se as despesas com combustível e lubrificantes, manutenção e reparo de máquinas e equipamentos, mão-de-obra, e insumos utilizados no processo.

Fonte: Banco Central do Brasil e Instituto de Economia Agrícola.

tradicionais, como ocorreu nas duas últimas safras, salvo no caso de ser fixado um preço de garantia suficientemente atrativo para induzir os produtores a buscarem outras fontes de financiamento, mais onerosas, para viabilizar a manutenção ou expansão da área cultivada.

De outro lado, ainda do ponto de vista da produção, foi instituído pelo Decreto presidencial nº 86.912 o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), dirigido às regiões de cerrado dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia e Distrito Federal, com objetivo de aumentar a produção e a produtividade da agricultura, com ênfase na produção de alimentos básicos, em especial a do trigo. Segundo a Circular nº 678, que regulamenta o PROFIR, os beneficiários do programa (produtores rurais e suas cooperativas) devem comprometer-se a cultivar anualmente, até a liquidação do financiamento (prazo máximo de seis anos, com até dois de carência), pelo menos uma safra de trigo na totalidade da área a ser irrigada. Deste modo, a proposta de induzir a produção de trigo nas regiões menos sujeitas a problemas climáticos, levantada há alguns anos, começa a se delinear. No entanto, resultados concretos não terão efeitos a curto prazo, dada a limitação de recursos que o país enfrenta, a fase de adaptação a essa nova tecnologia e inúmeras

ros problemas inerentes a projetos desta natureza.

São financiáveis pelo PROFIR todas as obras e instalações hidráulicas, máquinas e equipamentos de irrigação, e obras e instalações elétricas necessárias, com a ressalva de que a energia propulsora do sistema não poderá ser baseada em derivados do petróleo. Os limites de adiantamento aplicados aos financiamentos são de 100% para mini e pequenos produtores, bem como para as cooperativas cujo quadro social ativo se compõe de pelo menos 70% de produtores destas categorias; e 80% para os demais produtores e cooperativas não enquadráveis na definição acima. Os encargos financeiros aplicados ao programa, são de 35% ao ano nas regiões da SUDAM, SUDENE, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais; e de 45% nas demais regiões.

Do lado do abastecimento do trigo, a SUNAB, dando continuidade à política de redução no subsídio ao consumo do trigo e seus derivados, fixou em dezembro de 1981 o preço de venda da tonelada de trigo aos moinhos em Cr\$18.096,00, correspondendo a um aumento de 120% em relação ao preço fixado em fevereiro de 1981 e de 60% em relação ao preço de maio de 1981, sendo que o INPC variou nesses mesmos períodos de 79% e 54%, respectivamente. Nos derivados do trigo o impacto do aumento foi menor, 106% de fevereiro a dezembro de 1981, mas superior à variação do INPC no mesmo período, passando a farinha do trigo comum a ser vendida a Cr\$1.240,00, e a farinha de trigo especial a Cr\$1.587,00, por saca de 50kg.

Com tais reajustes espera-se, em 1982, uma queda de 2% no consumo do trigo em relação a 1981. Nesse sentido, a SUNAB fixou em 5,89 milhões de toneladas a previsão das necessidades do abastecimento deste cereal nesse ano, sendo 1,72 milhões de toneladas referentes à produção nacional comercializável e 4,17 milhões de toneladas de trigo a ser importado. Essa previsão de importação é 4% superior à do ano passado, visto que a queda na produção interna foi superior à provável queda no consumo doméstico de trigo em 1982.

Em fevereiro deste ano, o Conselho Nacional do Petróleo fixou os preços de venda dos derivados de petróleo, mantendo a política de aumentos maiores no óleo diesel. A gasolina "A" passou a custar, em 14/02/82, 22% a mais em relação ao preço vigente desde outubro de 1981, passando a Cr\$104,00 o litro, enquanto o óleo diesel teve seu preço fixado em Cr\$62,00 o litro, sofrendo um reajuste de 24% em relação ao último aumento.

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

O índice geral de preços recebidos pelos agricultores paulistas em fevereiro de 1982 praticamente manteve-se nos mesmos níveis do mês anterior, com um acréscimo de apenas 0,98% (figura 1). Os índices que a

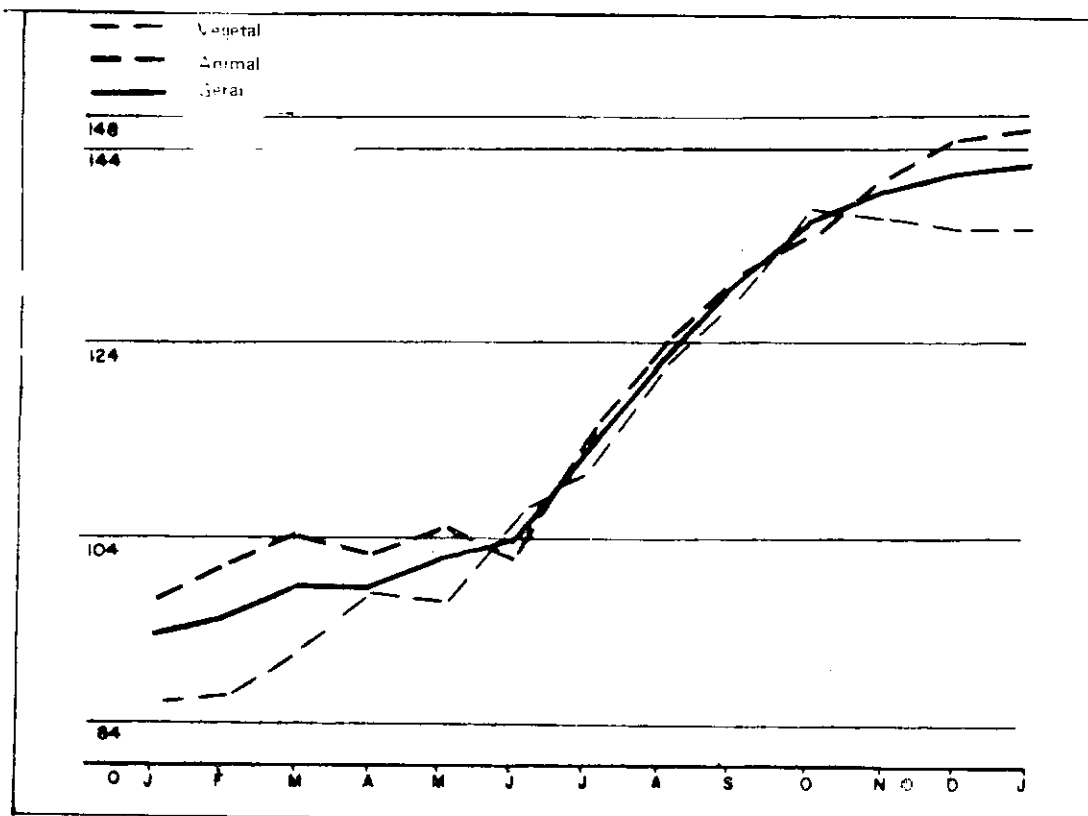


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo. Dezembro de 1981 a Fevereiro de 1982. Base: 1961-62 = 100.

presentaram maiores variações positivas foram referentes aos seguintes produtos: laranja (29,29%), que vinha se mantendo estável desde setembro último; ovo (27,45%), se recuperando de uma queda no mês anterior; tomate (26,72%); cebola (19,12%); suíno (17,20%) confirmando a tendência altista de seu preço; ave (16,72%); e soja (13,59%). Essas elevações foram causadas, principalmente, pelo fato de tais produtos estarem na entressafra e de seus estoques serem pequenos. A participação desses produtos no índice mensal de preços recebidos foi de: 2,32%, 3,04%, 2,19%, 0,39%, 3,30%, 0,23%, 0,06% e 3,21%, respectivamente. Os produtos que tiveram as maiores variações negativas foram: amendoim (-14,68%) e batata (-8,05%) que vem apresentando um comportamento depressivo ao longo do tempo. Estes produtos participaram com 4,84% e 2,48%, respectivamente, no índice mensal de preços recebidos pelos agricultores paulistas em fevereiro.

Comparando o índice de fevereiro de 1982 com fevereiro do ano anterior, nota-se que produtos como a cebola (280,85%), arroz (146,65%), tomate (139,05%), chã (138,83%), banana (136,86%) e suíno (118,05%) tiveram aumentos maiores do que a inflação verificada no período. Em termos reais de cruzeiro de 1980 estes aumentos significaram: 98,6%, 28,63%, 24,66%, 24,45%, 23,90% e 13,71%, respectivamente.

Os produtos que sofreram quedas nos preços neste período foram novamente a batata (-20,61%) e feijão (-16,06%) que em termos reais signi

ficaram quedas de 58,6% e 56,22%, respectivamente.

O índice geral de preços pagos pela agricultura paulista em fevereiro elevou-se significativamente de 5,67%, devido basicamente ao acréscimo de 9,03% no índice de preços de insumos adquiridos fora do setor agrícola (figura 2). Deste setor, os itens de maior variação foram: combustíveis e lubrificantes (20,05%), construção e reparo (13,37%), adubos (9,34%) e aquisição de máquinas e equipamentos (6,78%). O índice de preços de insumos adquiridos no próprio setor agrícola, em contrapartida, teve um decréscimo de 0,92%, sendo que os itens que mais contribuíram para esse resultado foram: alimento de origem agrícola (-2,13%) e animal de produção (-0,68%).

A análise comparativa entre fevereiro de 1982 e fevereiro de 1981 confirma a tendência de crescimento do índice geral de preços pagos (54,21%), devido ao elevado custo dos insumos adquiridos fora do setor agrícola (o qual variou de 70,92%), sendo que dentre eles se destacam: serviço comprado (122,21%), reparo de máquinas e equipamentos (114,11%), combustíveis e lubrificantes (113,48%), aquisição de máquinas e equipamentos (102,46%) e vacina e medicamentos (100,26%). Os alimentos de origem agrícola (20,42%) e animal de produção (28,26%) tiveram, novamente, a menor variação.

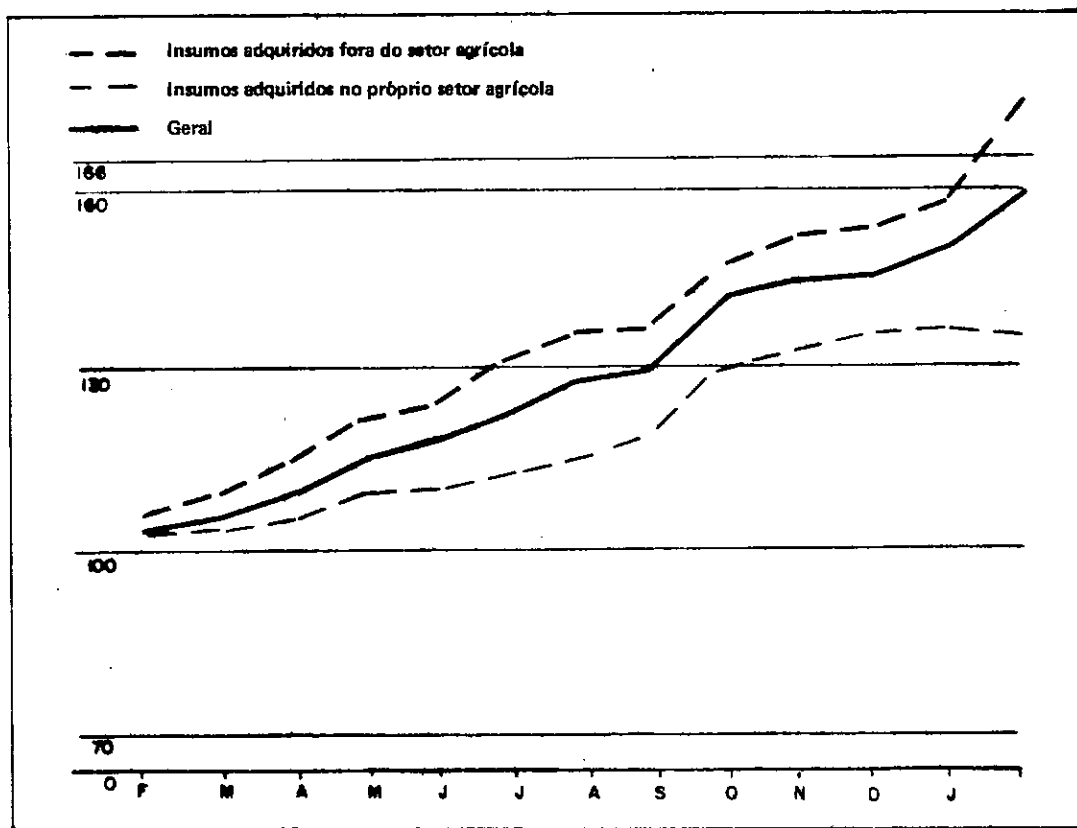


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista. Dezembro de 1981 a Fevereiro de 1982.

Base: 1961-62 = 100.

O Índice de paridade continua inferior à unidade, ou seja, o preço pago pelos agricultores é menor do que o recebido, sendo que para este mês o índice teve uma grande queda de 4,43%. Tomando o índice de paridade com o preço dos insumos adquiridos fora do setor agrícola, nota-se uma perda mais profunda no poder aquisitivo, pois a queda neste mês foi de 7,38%, confirmando o prejuízo que a agricultura paulista vem sofrendo ao longo do tempo (figura 3).

Comparando a variação do índice de preços recebidos (IPR) pelos agricultores paulistas com a variação do índice geral de preços (IGP) do conceito de disponibilidade interna, não se nota nenhum sinal de recuperação do setor agrícola paulista, pois para o IPR verificou-se um acréscimo de 0,98%, enquanto que para o IGP o acréscimo foi de 6,8% (figura 4). O comportamento do índice de preços por atacado, apenas para o item de alimentação, foi em fevereiro de 1982 bem semelhante ao da inflação (6,0%), ou seja, os preços por atacado mantiveram-se mais atualizados do que os do produtor.

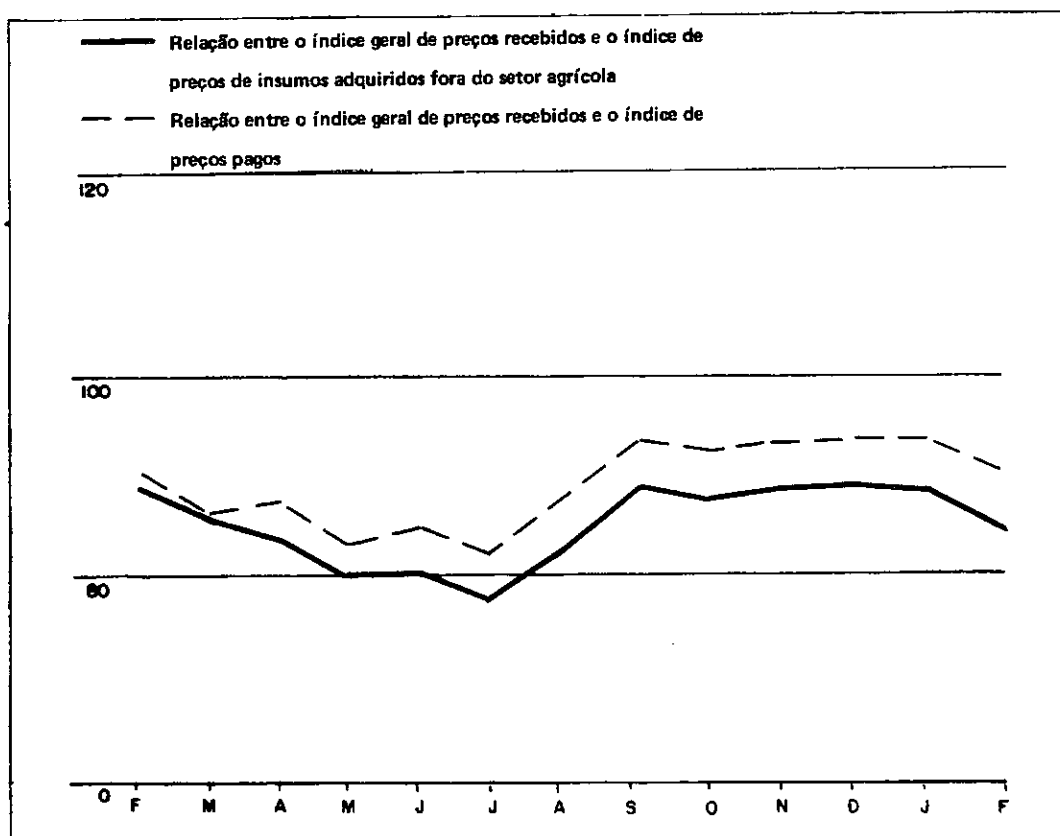


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Dezembro de 1981 a Fevereiro de 1982.

Base: 1961-62 = 100.

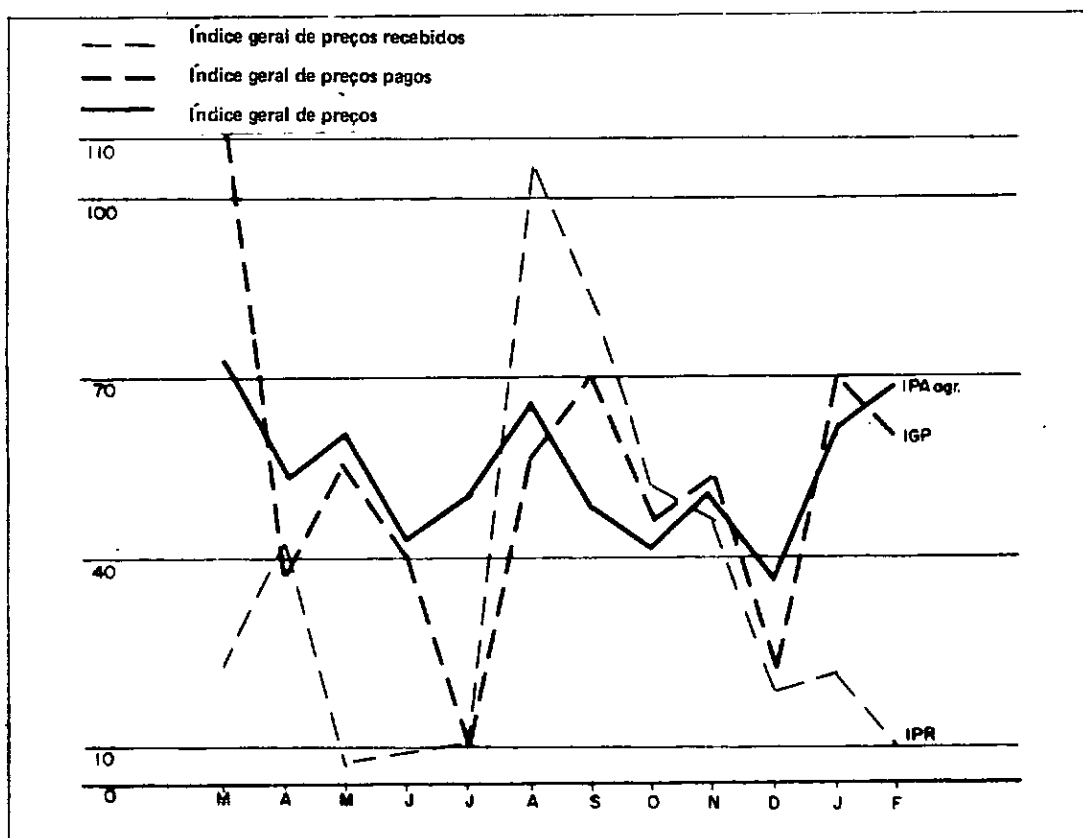


FIGURA 4. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores Paulistas, Índice Geral de Preços, Índice de Preços por Atacado - Alimentação (FGV).

CESTA DE MERCADO

Neste mês de fevereiro, o valor da cesta de mercado atingiu Cr\$18.386,97, representando acréscimo de 4,9% em relação ao mês de janeiro. Esse percentual é levemente inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, de 5,2% (quadro 3).

A evolução percentual de fevereiro de 1982 comparativamente ao mesmo mês de 1981 situou-se em 73,6% (quadro 4).

A participação dos produtos de origem vegetal no total da cesta foi de 62,6%, enquanto que a dos produtos de origem animal foi de 37,4%.

Dentre os produtos de origem vegetal, os que apresentaram maiores elevações foram: alface, com 29,1%; tomate, com 23,6%; laranja, com 21,0%; e cebola, com 20,1%. Produtos básicos como o arroz e o feijão acusaram variações de 6,6% e -5,1%, respectivamente.

Excluindo-se o leite (tipo B e especial), todos os produtos de origem animal sofreram aumentos em relação a janeiro, sendo os maiores registrados pelo subgrupo lingüiça, banha e toucinho, com 12,6%; carne suína, com 8,5%; e aves, com 7,2%. A carne bovina, item de maior importância na alimentação, sofreu elevação de 2,6%.

QUADRO 3. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1982

Mês	Variação em relação a		
	Mês Anterior	Dez. 1981	Mesmo mês de 1981
Jan.	4,4	4,4	74,0
Fev.	4,9	9,5	73,6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 4. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e Total da Cesta de Mercados em Relação ao Mês Anterior, Cidade de São Paulo, 1981-82

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982
Jan.	8,0	4,1	9,3	4,9	8,5	4,4
Fev.	6,2	5,2	3,5	4,5	5,2	4,9
Mar.	5,8	...	3,0	...	4,7	...
Abr.	4,7	...	5,5	...	5,0	...
Mai.	-0,2	...	3,6	...	1,3	...
Jun.	2,3	...	2,5	...	2,3	...
Jul.	3,7	...	8,0	...	5,4	...
Ago.	13,8	...	6,9	...	11,0	...
Set.	6,1	...	4,0	...	5,3	...
Out.	4,0	...	2,4	...	3,4	...
Nov.	4,1	...	3,1	...	3,7	...
Dez.	6,9	...	2,8	...	5,3	...
Variação média mensal	5,4	4,6	4,6	4,7	5,1	4,6
Variação acumulada ⁽¹⁾	87,9	9,5	70,4	9,6	80,9	9,5

(¹) A variação acumulada de 1981 tem como base dezembro de 1980 e a variação acumulada de 1982 tem como base dezembro de 1981.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.